

MATOS, Leonor Correia de – *A Ordem de Cister e o Reino de Portugal*. Lisboa, Fundação Lusíada, 1999. 162 p.

Apresenta-se esta obra em cinco capítulos, sendo o último a Conclusão, antecédidos da Introdução onde são expostos os principais objectivos da Autora; uma bibliografia cuidada encerra a obra, útil para o estudante/ investigador da Ordem de Cister e da sua projecção em Portugal, sobretudo nas directrizes cultural e sócio-política.

Referenciada a Ordem de Cister e a sua implantação em Portugal, explicitada a sua peculiar forma de filiação e consequente hierarquização, somos conduzidos naturalmente no discurso para a importância de Alcobaça, simultaneamente filha e mãe, segundo a Regra beneditina ditava, numa lógica de estruturação das comunidades. Uma Alcobaça em que S. Bernardo apostara, eivada do novo espírito reformador, ao encontro da pureza beneditina primitiva, e onde se cumpriam o *ora et labora*, vindo o tempo a privilegiar o primeiro termo no quotidiano dos monges – e o segundo no dos conversos.

De uma abadia de grande esplendor, explicitada nos seus coutos, rendas e privilégios, sobretudo no período anterior à existência dos abades comendatários e à criação da Congregação Autónoma de Alcobaça, dona de uma rica biblioteca e de um fabuloso *scriptorium*, contracenando apenas com Santa Cruz de Coimbra, certamente daí saíam homens que directamente interferiram nas questões de fundo da cultura portuguesa – de que frisamos o exemplo da criação do Estudo Geral em Portugal. Será de uma parte destes homens, dos cronistas alcobacenses, alguns também cronistas-mores do reino, contemporâneos ou posteriores ao governo dos Filipes em Portugal que a Autora se ocupa, explanando e confrontando as suas teses quer com contemporâneos seus, quer com pensadores e intelectuais que lhes sucederam.

De facto, se aos mosteiros se deve grande parte da actividade cronística em Portugal, especialmente na sua fase inicial – frisemos o exemplo dos cónegos regantes de Santo Agostinho, nos seus mosteiros de Santa Cruz de Coimbra e de S. Vicente de Fora em Lisboa –, na corte régia portuguesa ela começa a afirmar-se em finais do século XIII, encontrando-se nos meados da centúria seguinte bem substanciada e representada no Infante D. Pedro, bastardo de D. Dinis. A partir da dinastia de Avis, a crónica toma feição nacionalista, pedagógica, justificativa, associada à encomenda oficial, característica que se prolongaria desde finais da Idade Média até ao século XVII, servindo também a empresa dos Descobrimentos, com a descrição de feitos militares e de exotismos vários, para a necessária quebra de rotina mas também para a criação paralela de cronistas dos feitos ultramarinos. Denota-se uma necessidade de afirmação do poder régio e da criação de um estado centralizado, num momento em que a leitura e a escrita já não se encontravam limitadas aos muros conventuais.

A partir de D. João III, e particularmente sob o domínio filipino, os membros do clero começam a entrar novamente e cada vez mais na redacção das crónicas oficiais. Tal foi o caso de Frei Bernardo de Brito, o primeiro dos cronistas alcobacenses tratados pela Autora; é dado especial relevo ao milagre de Ourique e ao seu suporte documental, bem como às diversas abordagens e críticas que as obras do monge motivaram, numa perspectiva sempre de relação próxima entre Afonso Henriques e Bernardo de Claraval, relação que a obra do cronista, segundo a Autora, denuncia. São vários os Autores e de diversas épocas que encontramos confrontados com Bernardo de Brito, que, lembra a Autora, deu importância especial à antroponímia e à toponímia, bem como a uma incipiente “arqueologia”, no decurso naturalmente do novo valor dado ao documento e ao surgir das primeiras ciências

auxiliares da história defendidos pelos humanistas. Reflete a obra de Bernardo de Brito um interesse particular pela sua Ordem, num discurso que não se desprende da lenda – lembremos, porém, a conjuntura em que escreveu, podendo reconhecer-se, como bem lembrou Hernani Cidade, um certo patriotismo (foi Bernardo de Brito nomeado cronista da Ordem em 1597 e cronista-mor do reino em 1614).

A historiografia oficial ficaria controlada pela Igreja quando o terceiro dos autores tratados pela Autora, Frei António Brandão, em 1629, é nomeado cronista-mor do Reino, situação que se viria a manter por cerca de um século, abrangendo também Frei Manuel dos Santos, o segundo tratado, mas que escreve no reinado de D. João V. Interessante será frisar que foram seis cistercienses, de Alcobaça, e um beneditino, a assegurar esta aliança entre o poder régio e a Igreja até meados do século XVIII, invertendo completamente a situação anterior – desde Fernão Lopes até meados do século XVI.

Em relação a Frei António Brandão, saliente-se a sua preocupação, a partir das novas ciências auxiliares, da publicação criteriosa de documentos e textos, justificativos dos seus argumentos, fundamentais para a compreensão da História de Portugal; este autor alude de forma cuidadosa ao milagre de Ourique, não por razões de prova documental, como se apontava a Brito, mas porque escrevia a mando dos Filipes, e a narração do milagre chocava frontalmente com a sua presença no trono português – pensamos, naturalmente, no seu rigor e criticismo não só em relação à documentação como também à tradição. No século XIX, o seu labor viria a ser reconhecido e admirado por Alexandre Herculano.

Frei Manuel dos Santos, o segundo cronista cisterciense estudado, fazia parte de um grupo de intelectuais de formação maioritariamente religiosa, fundado por D. João V, a Academia Real da História; a sua obra reflecte o seu orgulho de pertencer ao projecto cisterciense, apresentando um discurso apologético em relação a Frei Bernardo de Brito, a quem dedica uma obra, publicada postumamente. Desses intelectuais a Autora referencia em especial D. António Caetano de Sousa, também ele representando uma feição da história clerical, que se esvaneceu ao longo do século XVIII, para, já nos seus finais, dar lugar a uma geração iluminista e académica donde destacamos, por serem os que mais surgem no discurso da Autora, Frei Manuel de Cenáculo, António Ribeiro dos Santos, António Caetano do Amaral, João Pedro Ribeiro e Pereira de Figueiredo, desenvolvendo a metodologia crítica, duros, na sua maior parte, na crítica à geração de cronistas que os haviam antecedido – especialmente Frei Joaquim de Santo Agostinho –, mas que nem sempre refutavam por completo.

Pertenceria à recém fundada Academia das Ciências de Lisboa (1779) a actividade historiográfica de inícios do século XIX; a Revolução Liberal contextualiza o último cronista tratado pela Autora, Frei Fortunato de S. Boaventura – cronista-mor da Ordem, e nomeado em 1831 arcebispo de Évora por D. Miguel – numa tentativa incessante de resposta aos críticos dos cronistas alcobacenses, mas a sua simpatia por D. Miguel, e os acontecimentos que antecederam a Lei de 1834, acabariam por conduzi-lo ao exílio.

A tradição da Aparição surge-nos tratada em capítulo independente desta obra, na tentativa de provar que Bernardo de Brito faz também ele parte de um contexto em que o milagre de Ourique surge citado em variadas fontes, dispersas geográfica e cronologicamente, sendo apontadas mesmo por académicos fontes que citam o documento que testemunha a Aparição cerca de quarenta anos antes do cronista cisterciense o ter feito. Esta questão seria retomada por Alexandre Herculano, que, crítico documental acérrimo, não cita na sua História de Portugal a batalha de Ourique, conduzindo-nos a Autora para explicações de ordem técnica – observação de documentos diferentes, nomeadamente.

O interesse por Ourique subsiste até aos nossos dias, em estudos diversos citados pela Autora, e outros que recentemente surgiram já depois de publicada a obra que comentamos – tal fascínio pelo transcendental acaba por perpassar para a própria obra, uma vez que o tema do milagre será não só um dos fios condutores do discurso comparativo da Autora como a pedra de toque da Conclusão apresentada.

*Antónia Fialho Conde*

*CISTER no Vale do Douro*. Porto: Edições Afrontamento, 1999. 276 p.

A presente obra, editada no âmbito das Comemorações dos 900 anos da fundação de Cister (1098-1998), na Borgonha, pelo monge São Roberto, foi elaborada pelo Grupo de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto (GEHVID) que reúne vários investigadores da Faculdade de Letras daquela cidade. A coordenação científica é de Geraldo Coelho Dias, monge beneditino e professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e de Luís Miguel Duarte, também docente daquela Faculdade.

O volume integra vários estudos, a saber: “Cister – irradiação de espiritualidade e cultura”; “A <aleitação de S. Bernardo> e a devoção mariana dos cistercienses. Iconografia de uma lenda” (Geraldo Coelho Dias); “Síntese da espiritualidade cisterciense” (Victor Gomes Teixeira); “Evolução histórica de Cister no Vale do Douro”, “A comunidade cisterciense do trabalho” e “A visão cisterciense do trabalho” (José I. De La Torre Rodríguez); “Os mosteiros de Cister e o aproveitamento do Douro” (Amândio Morais Barros); “Arqueologia dos espaços cistercienses no Vale do Douro” (Ricardo Teixeira) e uma Bibliografia da responsabilidade de Maria Sarmento de Castro.

A obra constitui um “roteiro cisterciense” geral e amplamente ilustrado para a região norte, onde se situam alguns dos mosteiros mais antigos de observância cisterciense, desde o século XII. Através dela podemos ver como a Ordem Cisterciense se desenvolveu e se consolidou na região do Douro, bem como a forma como aí se adaptou às condições naturais e humanas, contribuindo para o desenvolvimento religioso, económico e cultural dessa região de Portugal desde o século XII. Pensemos, por exemplo, em S. João de Tarouca, S. Cristovão de Lafões, Alcobaça, S. Pedro de Águias (Tabuaço), Santa Maria de Fiães (Melgaço), Santa Maria de Bouro (Amares), Santa Maria de Salzeda (Tarouco) e Santa Maria de Aguiar (Figueira de Castelo Rodrigo).

Todos estes mosteiros nos falam do impacto que teve o movimento cisterciense no norte de Portugal, principalmente nos três primeiros séculos da nossa nacionalidade, apesar da escassez documental com que o conhecimento da obra dos monges de Cister no Vale do Douro esbarra. Não podemos esquecer que os cartórios desses mosteiros ficaram, no século XIX, reduzidos a cinzas desaparecendo com eles a possibilidade de reconstituição de uma parte importante da sua história nos tempos medievais e modernos.

Neste sentido, torna-se fundamental a preservação e utilização de todos os documentos que sobreviveram às vicissitudes do tempo para a reconstituição histórica do quotidiano daqueles mosteiros, da sua acção espiritual, das suas relações com as comunidades vizinhas, do seu papel diplomático e político e da sua actividade económica. A presente obra não só divulga o que já se conhece e se recuperou da herança cisterciense no Douro mas também constitui um convite a aprofundar os estudos já existentes e a multiplicar as intervenções arqueológicas, que são já uma realidade em algumas das estruturas monásticas existentes.

*Ana Maria C. M. Jorge*